

Ana Cristina Souza Barroso

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal da Paraíba
E-mail: souzabarrosoanacristina@gmail.com

Marcus Quintanilha da Silva

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação,
Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.
E-mail: marcusquintanilha0@gmail.com



DOI: 10.22478/ufpb.2527-1083.2026v14.78336

Financiamento da educação e parâmetros de custo aluno-qualidade no Brasil: uma revisão sistemática da literatura de 2014 a 2024

Education funding and student-quality cost parameters in Brazil: a systematic literature review from 2014 to 2024

Resumo

O artigo apresenta uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) que analisou a produção acadêmica brasileira entre os anos de 2014 e 2024 sobre o financiamento da educação, com foco nos parâmetros do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). A pesquisa, de abordagem qualitativa, seguiu protocolo metodológico baseado em Ramos, Faria e Faria (2014) e utilizou como técnica de análise a Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Foram selecionados 10 trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) a partir da base de dados da Capes, após um procedimento de sistematização de 35 trabalhos, leitura flutuante e seleção a partir de critérios explicitados, mediante os interesses da pesquisa. Os resultados apontam que o CAQ é compreendido como instrumento técnico e político capaz de orientar a distribuição equitativa dos recursos públicos, sendo mencionado nos principais marcos legais contemporâneos em matéria de educação. Os debates ainda suscitam maior materialidade com a política educacional, tendo em vista que ainda compreendem o escopo normativo amplo, mas sem regulamentação para a execução. Deste modo, o CAQ tem sido utilizado como parâmetro de padrões mínimos e bandeira de luta em torno de um financiamento da educação com justiça distributiva. A análise de conteúdo gerou duas categorias temáticas: 1) parâmetros

técnicos e políticos do financiamento da educação e 2) condições de oferta, equidade e gestão do investimento público. Nas categorias, ficou evidente a necessidade de se avançar na política de financiamento para além do advento do CAQ como parâmetro de referência. Conclui-se que, embora normativamente mencionado, o CAQ ainda enfrenta desafios para sua regulamentação.

Palavras-chave: Financiamento da educação; Custo aluno-qualidade; Políticas educacionais.

Abstract

The article presents a Systematic Literature Review (SLR) that analyzed Brazilian academic production between the years 2014 and 2024 on education financing, focusing on the parameters of the Student-Quality Cost (CAQ). The research, with a qualitative approach, followed a methodological protocol based on Ramos, Faria, and Faria (2014) and used Bardin's (1977) Content Analysis as the analysis technique. Ten academic works (dissertations and theses) were selected from the Capes database, after a systematization procedure of 35 works, floating reading, and selection based on criteria clarified according to the research interests. The results indicate that the CAQ is understood as a technical and political instrument capable of guiding the equitable distribution of public resources, being

mentioned in the main contemporary legal frameworks regarding education. The debates still raise greater materiality with educational policy, considering that they still encompass a broad normative scope, but without regulation for implementation. Thus, the CAQ has been used as a benchmark for minimum standards and a banner of struggle around education financing with distributive justice. The content analysis generated two thematic categories: 1) technical and political parameters of

education financing and 2) conditions of provision, equity, and management of public investment. In the categories, the need to advance in financing policy beyond the advent of the CAQ as a reference benchmark became evident. It is concluded that, although normatively mentioned, the CAQ still faces challenges for its regulation.

Keywords: Education financing; Pupil-Quality Cost; Educational policies.

Introdução

O financiamento da educação pública no Brasil deve ser compreendido à luz das contradições estruturais do Estado e das desigualdades sociais historicamente constituídas. Conforme argumenta Davies (2014), é um equívoco assumir que as ações estatais sejam plenamente públicas, uma vez que frequentemente respondem aos interesses de frações da classe dominante e de segmentos burocráticos privilegiados, resultando em políticas marcadas por privatismo e seletividade. Essa lógica repercute diretamente no financiamento da educação, intensificando as disparidades entre redes de ensino, etapas e modalidades educacionais. O autor destaca, por exemplo, a reduzida participação da União no financiamento da educação básica, a destinação de recursos públicos a instituições privadas de ensino por meio de programas como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como os diversos mecanismos de renúncia fiscal que comprometem a vinculação constitucional de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, aspecto que, a partir do Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), tem apresentado um cenário contra-hegemônico de maior participação da União em matéria de suplementação e complementação financeira na educação básica (Silva, 2023).

O conceito de Custo Aluno Qualidade (CAQ) emerge como instrumento técnico e político para orientar o investimento necessário à oferta de uma educação básica pública que atenda aos parâmetros mínimos de qualidade previstos nas principais normativas de grande amplitude da educação básica nacional (Brasil, 1988, 1996, 2020, 2025). Exemplifica-se o fato pelas alterações indicadas na atual Carta Magna brasileira, em

específico o § 7º do art. 211 do documento, “o padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o CAQ, pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar” (Brasil, 1988; 2020).

O Plano Nacional de Educação (PNE) já em vias de substituição também reconheceu o CAQ como parâmetro essencial para assegurar o financiamento adequado da educação básica pública (Brasil, 2020). A Meta 20 da referida lei estabeleceu como objetivo a ampliação do investimento público em educação até o mínimo de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao final do decênio. No interior dessa meta, as estratégias 20.6 a 20.10 tratavam da implementação progressiva do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e do CAQ como instrumentos técnicos para estimar os recursos necessários à garantia de condições adequadas de oferta educacional. A estratégia 20.6 determinava a implantação do CAQi no prazo de dois anos, referenciado nos padrões mínimos estabelecidos pela legislação educacional, com financiamento baseado em insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem. Já a estratégia 20.7 propôs a implementação do CAQ como parâmetro para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica, considerando gastos com a valorização profissional, infraestrutura, alimentação e transporte escolar (Brasil, 2014).

A concepção de CAQi, formulada como exercício de pesquisa em Carreira e Pinto (2007) e adotada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) como bandeira de luta, consolidou-se como uma importante proposta técnico-política voltada à garantia do direito à educação com qualidade e equidade. Esse referencial foi incorporado ao debate público e normativo brasileiro como resposta à lacuna histórica de parâmetros objetivos para o financiamento educacional adequado, calcado nas necessidades concretas das escolas públicas. No entanto, como demonstram os estudos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e organizados por Souza, Alves e Moraes (2021), a efetivação desse instrumento encontra-se atravessada por entraves técnicos, políticos e federativos, exigindo consensos metodológicos e vontade política. Além disso, a pluralidade das redes escolares, as desigualdades regionais e a ausência de regulamentação complementar evidenciam a complexidade da implementação do CAQ, o que reafirma a urgência de sua definição legal e técnica como estratégia para a superação das desigualdades estruturais que marcam o sistema educacional brasileiro.

Diante desse panorama normativo, torna-se relevante compreender como a literatura acadêmica tem abordado os parâmetros do CAQ no financiamento da educação brasileira. A sistematização da produção científica pode contribuir para a consolidação de diagnósticos, formulações e críticas que alimentem o debate sobre justiça distributiva, equidade e qualidade no sistema educacional. Neste artigo, adotamos como questão de pesquisa: como a produção acadêmica brasileira, entre 2014 e 2024, tem abordado o financiamento da educação em relação aos parâmetros do Custo Aluno-Qualidade? O objetivo geral, portanto, é analisar, por meio de uma RSL, as principais contribuições acadêmicas relacionadas ao financiamento da educação no Brasil, com foco nos parâmetros do CAQ.

A organização do artigo está estruturada da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se a metodologia da RSL, com a delimitação dos critérios de seleção, bases de dados e categorias de análise; em seguida, os resultados são sistematizados e discutidos a partir dos eixos temáticos identificados; por fim, são apresentadas as considerações finais, destacando os principais achados e lacunas da produção científica analisada.

Procedimentos metodológicos

Considerando as primeiras reflexões e o objetivo central, apresentados na seção anterior, este estudo é de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico, mais precisamente uma RSL, conforme mencionado na introdução. Na opção de propor uma abordagem qualitativa, caminha-se na compreensão de Denzin e Lincoln (2006) ao caracterizá-la por um conjunto de práticas investigativas que buscam interpretar os significados atribuídos aos fenômenos sociais em seus contextos específicos. No âmbito das políticas educacionais, esse processo possibilita a compreensão de dados objetivos apresentados nas publicações, além das concepções, disputas, tensões e sentidos produzidos pelos autores sobre o CAQ e sua implicação na garantia do direito à educação.

Para compreensão e operacionalização desta RSL, pauta-se nas reflexões de Ramos, Faria e Faria (2014), considerando que este tipo de pesquisa pode representar uma alternativa metodológica rigorosa e inovadora na área da Educação, permitindo superar as fragilidades da revisão narrativa tradicional. Os autores destacam que a RSL deve ser conduzida com base em um protocolo claro e transparente, que explicita todas as etapas do processo, desde a definição dos objetivos e critérios de inclusão e exclusão, até o

tratamento analítico dos dados, de modo a garantir a replicabilidade, a validade e a confiabilidade científica do estudo. Em diálogo com Thorpe et al. (2005) e Tranfield, Denyer e Smart (2003), para esses pesquisadores, a RSL “caracteriza-se [...] por empregar uma metodologia de pesquisa com rigor científico e de grande transparência, cujo objetivo visa minimizar o enviesamento da literatura, na medida em que é feita uma recolha exaustiva dos textos publicados sobre o tema em questão” (Ramos; Faria; Faria, 2014, p. 22). Assim, esta pesquisa se fundamenta na adoção de critérios sistemáticos e explícitos para a seleção e análise das fontes, apresentados na sequência.

A organização e análise dos dados foi inspirada na Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que concebe essa abordagem como um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos voltados à descrição e interpretação do conteúdo das mensagens. Trata-se de uma metodologia que possibilita extrair indicadores (quantitativos ou qualitativos) com base na análise estruturada do discurso, os quais viabilizam inferências sobre as condições de produção e recepção dos textos examinados. Nesse sentido, não se limita à frequência de termos ou categorias, mas busca compreender os sentidos pertencentes aos enunciados presentes nos documentos, produzindo a construção de conhecimento sobre os contextos sociais, políticos e institucionais dos estudos analisados. Conforme a autora, “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos, ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 1977, p. 31).

A Análise de Conteúdo se estrutura em três fases centrais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). A pré-análise corresponde ao momento de organização documental, no qual são definidos os objetivos da análise, as hipóteses iniciais, os critérios de inclusão dos textos e a leitura flutuante para familiarização com o material. Em seguida, ocorre a exploração do material, fase em que os dados são codificados, categorizados e classificados com base em unidades de registro e unidades de contexto, permitindo a sistematização de elementos relevantes à pesquisa. Por fim, no tratamento dos resultados, inferência e interpretação, os dados organizados são analisados em profundidade, buscando-se compreender os sentidos implícitos e explícitos das mensagens e realizar inferências fundamentadas sobre as condições de produção dos discursos e suas articulações com o campo investigado (Bardin, 1977).

Para início da operacionalização metodológica, construímos um protocolo de pesquisa (Quadro 1), conforme orientações de Ramos, Faria e Faria (2014), com as seguintes etapas: 1) objetivo; 2) questão; 3) equações de pesquisa; 4) âmbito da pesquisa; 5) critérios de inclusão; 6) critérios de exclusão; 7) critérios de validade metodológica; 8) resultados; 9) tratamento dos dados. De acordo com os autores, esses passos afastam o pesquisador de escolhas subjetivas ou aleatórias e fortalecem a consistência epistemológica da análise, contribuindo para a produção de sínteses mais confiáveis e relevantes.

Quadro 1 – Protocolo de pesquisa

ELEMENTO DO PROTOCOLO	DESCRIÇÃO
Objetivo	Analisar, por meio de uma RSL, as principais contribuições acadêmicas relacionadas ao financiamento da educação no Brasil, com foco nos parâmetros do Custo Aluno-Qualidade.
Questão	Como a produção acadêmica brasileira, entre 2014 e 2024, tem abordado o financiamento da educação em relação aos parâmetros do Custo Aluno-Qualidade?
Equações de pesquisa	“Custo Aluno-Qualidade” ou “Custo Aluno Qualidade”; “Gasto por Aluno” e “Financiamento da Educação”
Âmbito da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Base de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); • Período: 2014 a 2024.
Critérios de inclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhos publicados entre 2014 e 2024; • Trabalhos disponíveis integralmente em português; • Trabalhos com foco explícito em Custo Aluno-Qualidade; • Trabalhos na área de conhecimento da Educação.
Critérios de exclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhos que não tratam da temática da pesquisa; • Trabalhos repetidos; • Trabalhos fora do recorte temporal; • Trabalhos fora da área de conhecimento da Educação; • Trabalhos sem divulgação autorizada; • Trabalhos cujo <i>link</i> de acesso encontram-se inacessíveis no momento da consulta; • Trabalhos com abordagem superficial.
Critérios de validade metodológica	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura de títulos, resumos e introduções; • Análise da coerência teórica e aderência à proposta da pesquisa.
Resultados	36 publicações identificadas inicialmente; 10 mantidas após critérios de exclusão e inclusão e leitura de resumos/introduções.
Tratamento dos dados	Leitura flutuante, categorização e análise inspirada na Análise de Conteúdo de Bardin (1977).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em Ramos, Faria e Faria (2014).

Conforme protocolo de pesquisa, realizamos uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com a seguinte equação: “Custo Aluno-Qualidade” ou “Custo Aluno Qualidade”; “Gasto por Aluno” e “Financiamento da Educação”. A busca inicial resultou em 36

trabalhos, dos quais, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos no protocolo, foram selecionados 10 para compor a análise pretendida, sendo 7 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado, conforme apresentamos no Quadro 2, cujo conteúdo elenca ano, título, autoria, tipo e instituição. Importante destacar que no âmbito do recorte temporal (2014-2024), conforme os parâmetros delineados no protocolo, não encontramos pesquisas nos anos de 2014 a 2017 e 2020, aparecendo, portanto, a partir de 2018 até 2023.

Quadro 2 – Pesquisas mapeadas na base de dados da Capes

Ano	Título	Autoria	Tipo	Instituição
2018	O custo-aluno nas unidades de uma rede municipal de ensino	Jaqueline Aparecida Cardoso	Dissertação	UFPR
2018	Financiamento da educação básica: um estudo do custo aluno em alguns municípios do estado de Goiás	Ademar Amorim Junior	Dissertação	PUC/GO
2018	Custo - Aluno - Qualidade para escolas do campo da Amazônia Tocantina: direito ao acesso e permanência com padrão de qualidade	Ana Cláudia da Silva Pereira	Tese	UFPA
2019	Política educacional para o Ensino Médio na Rede Estadual do Piauí: limites do atendimento e das condições de oferta para a garantia do direito à educação no contexto do Fundeb	Samara de Oliveira Silva	Tese	Unicamp
2021	O financiamento da escola de tempo integral da rede estadual de Goiás: um estudo de caso	Maria De Lurdes De Oliveira	Dissertação	PUC/GO
2021	O financiamento da Educação Básica no Brasil contemporâneo: avanços e contradições revelados nos gastos da educação de Santo André	Adriana Zanini da Silva	Tese	Uninove
2022	Análise da construção do Fundeb permanente na Câmara dos Deputados de 2017 a 2020: aspectos redistributivos e qualidade em educação	Alisson Minduri Capuzzo	Dissertação	UnB
2022	Capacidade de financiamento das redes municipais de educação básica: uma análise do contexto e das condições de oferta de ensino no Paraná	Andrea Polena	Dissertação	UFPR
2023	Custo Aluno do Programa Escola de Tempo Integral em Mogi das Cruzes/SP	Kennedy José de Paula	Dissertação	Unifesp
2023	Capacidade de gestão e financiamento da Educação Básica: estudos de caso no Estado do Espírito Santo	Adriana Sperandio Martinelli	Dissertação	Ufes

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

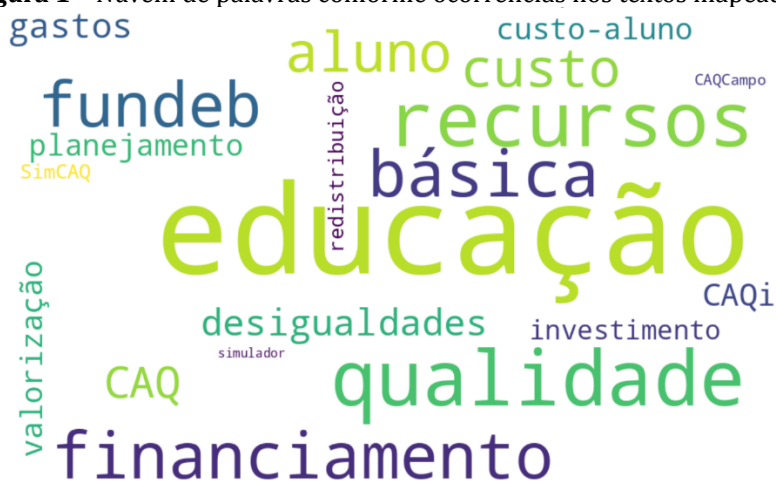
A análise dos trabalhos selecionados revela uma diversidade de abordagens sobre o financiamento da educação no Brasil, com destaque para estudos voltados à análise do CAQ e temas correlatos como condições de oferta, redistribuição de recursos, valorização

docente, educação do campo e tempo integral. A maioria dos trabalhos são dissertações (7 de 10), evidenciando que o tema tem sido mais explorado no mestrado do que no doutorado.

Geograficamente, destacam-se instituições das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com menor presença das regiões Norte e Nordeste. Ademais, os trabalhos variam quanto à escala de análise: alguns se concentram em estudos de caso municipal (como Curitiba e Santo André), enquanto outros investigam políticas federais e trâmites legislativos (como o caso do Fundeb na Câmara dos Deputados). Essa diversidade metodológica e temática sugere que o CAQ tem sido mobilizado em diferentes perspectivas e contextos, mas ainda carece de uma consolidação mais sistemática como objeto central nas pesquisas da área.

Como etapa complementar à pré-análise, conforme propõe Bardin (1977), procedemos à construção de uma nuvem de palavras (Figura 1) com base nos termos mais recorrentes nos trabalhos selecionados para esta RSL. Essa técnica de visualização tem por finalidade produzir uma representação gráfica da frequência de palavras presentes nos textos, destacando os termos com maior incidência por meio de seu tamanho relativo na imagem. A construção da nuvem, embora não substitua a análise interpretativa, é um recurso preliminar para a identificação das aproximações temáticas no documento analisado.

Figura 1 – Nuvem de palavras conforme ocorrências nos textos mapeados



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A partir da nuvem de palavras, é possível observar com maior destaque os termos “educação” (7.901 ocorrências), “qualidade” (1.929), “recursos” (1.907), “financiamento” (1.373) e “Fundeb” (1.367), os quais emergem como eixos estruturantes dos textos

analisados. Segundo Bardin (1977), o tratamento dos dados na Análise de Conteúdo deve se apoiar em indicadores que, ainda que quantitativos, orientem inferências sobre os sentidos mais amplos das mensagens. Nesse sentido, a prevalência do vocábulo “educação” confirma o alinhamento das produções ao campo investigativo proposto, sendo coerente com o protocolo de pesquisa, cujo recorte de critérios inclui apenas trabalhos do campo da educação, enquanto os termos “financiamento” e “recursos” apontam para a centralidade dos debates em torno da alocação de verbas e da equidade na distribuição de fundos públicos. Já a recorrência de “qualidade” e “Fundeb” sinalizam a preocupação recorrente dos autores com os parâmetros normativos e operacionais da política de financiamento, especialmente após o advento do Novo Fundeb permanente (Brasil, 2020).

A partir das regularidades observadas na nuvem de palavras e das frequências temáticas identificadas, demos início à etapa seguinte da Análise de Conteúdo: a exploração do material. Essa fase, conforme Bardin (1977), exige um esforço sistemático de codificação e organização das unidades de registro, com base em critérios definidos a partir da relevância empírica e teórica dos elementos extraídos dos textos. As ocorrências mais expressivas, tanto em termos quantitativos quanto pela sua densidade semântica, foram tomadas como ponto de partida para o agrupamento de sentidos e construção de campos temáticos coerentes com o objetivo desta pesquisa.

Nesse processo, buscamos respeitar a natureza qualitativa da análise, evitando a simples quantificação dos dados e privilegiando a compreensão dos significados presentes nos discursos. As categorias construídas não foram pré-definidas, mas emergiram de forma indutiva a partir da análise criteriosa do conteúdo, em diálogo com os termos recorrentes e com as formulações conceituais e normativas que atravessam os estudos selecionados. Essa dinâmica, conforme orienta Bardin (1977), possibilita a organização do material, bem como a produção de inferências fundadas sobre os sentidos atribuídos, em nosso caso, ao financiamento da educação e ao CAQ na literatura acadêmica brasileira.

Panorama da produção científica mapeada

A dissertação de Jaqueline Aparecida Cardoso (Cardoso, 2018), intitulada “O custo-aluno nas unidades de uma rede municipal de educação básica”, desenvolveu uma análise

empírica e detalhada sobre o custo-aluno real nas escolas municipais de Curitiba, utilizando como base os microdados da folha de pagamento e do Censo Escolar de 2013. A autora parte do reconhecimento de que o financiamento é um dos pilares para garantir o direito à educação com qualidade, destacando os desafios da desigualdade na distribuição de recursos e a ausência de tradição na mensuração de custos no setor público brasileiro. A proposta metodológica foca no custo real com pessoal, majoritariamente docentes, e revela disparidades significativas entre escolas, mesmo quando agrupadas por etapas e modalidades. A pesquisa ainda busca compreender essas diferenças a partir de variáveis explicativas como formação dos professores, número de alunos por turma e por docente, tempo integral e localização socioeconômica das escolas. O trabalho contribuiu para o debate sobre o CAQ ao compará-lo com os valores reais observados, ressaltando que o CAQ representa um custo padrão ideal, enquanto o custo real evidencia as condições concretas de oferta educacional, sendo ambos fundamentais para o controle social e a gestão equitativa dos recursos públicos.

A dissertação de Ademar Amorim Júnior (Amorim Junior, 2018), intitulada “Financiamento da Educação Básica: um estudo do custo aluno em alguns municípios do estado de Goiás”, teve como foco a análise da relação entre financiamento público e qualidade educacional em municípios goianos. Inserida na linha de pesquisa “Estado, Políticas e Instituições Educacionais”, a investigação partiu do questionamento: qual a relação entre investimento financeiro na educação básica e a qualidade educacional nos municípios de Goiás? Para isso, o autor realizou um estudo empírico com base em dados do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO) e do INEP, analisando os cinco municípios com maiores e menores notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2015, e criando o índice Custo Aluno Ensino Fundamental Praticado (CAEFp). A dissertação contribui de maneira significativa ao demonstrar que os municípios que mais investiram por aluno não necessariamente obtiveram os melhores resultados no IDEB, apontando limitações do índice como medida de qualidade. A pesquisa adota abordagem crítica, dialogando com o conceito de CAQi e ressaltando os entraves políticos, econômicos e metodológicos para a efetiva vinculação entre investimento e qualidade da educação pública.

A tese de Ana Cláudia da Silva Pereira (Pereira, 2018), intitulada “Custo-Aluno-Qualidade para escolas do campo da Amazônia Tocantina: direito ao acesso e permanência com padrão de qualidade”, representou uma contribuição significativa ao

aprofundamento da discussão sobre o financiamento da educação no contexto das escolas do campo. Ancorada no método dialético e em forte interlocução com os sujeitos locais – por meio de entrevistas, grupos focais e observações *in loco* –, a pesquisa propôs o cálculo do CAQCampo, uma adaptação do Custo Aluno-Qualidade voltada às especificidades socioterritoriais da Amazônia Tocantina. A autora parte de uma crítica à ausência de critérios objetivos na definição dos insumos básicos para a educação do campo, problematizando o caráter urbano das políticas educacionais e propondo uma metodologia participativa para mapear insumos essenciais nas escolas quilombolas, ribeirinhas, de assentamento e comunidades rurais. O estudo evidencia desigualdades estruturais, como a precariedade no transporte escolar, merenda insuficiente e falta de espaços formativos adequados, concluindo que a efetivação de um CAQ territorialmente sensível é imprescindível para garantir o direito à educação com padrão de qualidade em contextos rurais.

A tese de Samara de Oliveira Silva (Silva, 2019), defendida na Unicamp em 2019 e intitulada “Política educacional para o Ensino Médio na Rede Estadual do Piauí: limites do atendimento e das condições de oferta para a garantia do direito à educação no contexto do Fundeb”, analisa criticamente os efeitos do financiamento da educação nas condições concretas de oferta do ensino médio público no estado do Piauí. A autora partiu da perspectiva do direito à educação como direito social e constitucionalmente garantido, confrontando esse princípio com a realidade vivida nas escolas da rede estadual. Utilizando dados orçamentários, entrevistas com gestores escolares e análise documental, a pesquisa evidenciou as precariedades estruturais, pedagógicas e financeiras que comprometem o acesso e a permanência dos estudantes no ensino médio, sobretudo no que diz respeito à infraestrutura física e à insuficiência de recursos. Embora não trate diretamente do CAQ como conceito central, a tese dialoga com a noção de padrões mínimos de qualidade, reiterando a importância de parâmetros técnicos e políticos – como o próprio CAQ – para orientar a alocação de recursos e corrigir desigualdades regionais na oferta educacional.

A dissertação de Maria de Lurdes de Oliveira (Oliveira, 2021), intitulada “O Financiamento da Escola de Tempo Integral da Rede Estadual de Goiás: um estudo de caso”, apresentou uma análise aprofundada sobre os custos reais da oferta de educação em tempo integral na rede pública estadual, com foco em uma escola específica localizada em Goiânia. A autora investigou o valor do CAQ para a educação integral, articulando-o

com a participação do Fundeb e outros programas complementares, como o PDDE e o Pró escola. Por meio de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso, o trabalho calcula o custo aluno/ano da unidade escolar selecionada, demonstrando que, em 2019, o investimento por aluno foi de R\$ 5.214,68, valor inferior ao parâmetro nacional ideal de R\$ 7.164,00 para o mesmo nível de ensino. O Fundeb respondeu por 90,68% dos recursos investidos, o que evidencia sua centralidade no financiamento educacional. A dissertação mobiliza o conceito de CAQ como parâmetro técnico-político de qualidade, discutindo também sua presença nas legislações (Brasil, 1988, 1996, 2014, 2020) e os desafios para sua efetiva implementação. A autora defende que, para alcançar uma educação de qualidade em tempo integral, é imprescindível uma ampliação dos repasses e uma maior adequação entre os insumos financiados e as reais necessidades escolares.

A tese de Adriana Zanini da Silva (Silva, 2021), intitulada “O financiamento da educação básica no Brasil contemporâneo: avanços e contradições revelados nos gastos da educação de Santo André”, propôs uma análise crítica do financiamento da educação básica à luz da teoria crítica e da dialética negativa de Theodor Adorno. A autora investigou os fundamentos ideológicos e estruturais que orientam as políticas de financiamento, argumentando que elas estão subordinadas à lógica do capital e reforçam desigualdades educacionais. A pesquisa, de natureza quali-quantitativa, adotou como objeto empírico os gastos da educação no município de Santo André (SP) entre 2010 e 2019, período em que o Fundeb se consolidou como principal instrumento redistributivo. Um dos destaques do trabalho é a discussão em torno do CAQ, tratado como um parâmetro técnico e político fundamental para a superação das disparidades na oferta educacional. A autora apontou que, apesar dos avanços normativos, a efetivação do CAQ encontra entraves diante de uma conjuntura marcada por restrições fiscais e disputas orçamentárias. A tese conclui que o financiamento da educação pública permanece permeado por contradições, sendo necessário fortalecer a luta por um modelo de financiamento centrado na equidade, na justiça social e na garantia do direito à educação de qualidade.

A dissertação de Alisson Minduri Capuzzo (Capuzzo, 2022), intitulada “Análise da construção do Fundeb permanente na Câmara dos Deputados de 2017 a 2020: aspectos redistributivos e qualidade em educação”, dedicou-se a analisar o processo político-legislativo que resultou na Emenda Constitucional nº 108/2020, a qual tornou o Fundeb permanente. O autor investigou as audiências públicas e as disputas institucionais

ocorridas no âmbito da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, com atenção especial aos embates sobre a redistribuição dos recursos e à definição de “qualidade” na educação. A dissertação adotou como marco teórico o neoinstitucionalismo histórico, tratando o Congresso como arena decisória composta por atores diversos, como Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Todos pela Educação, União de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Confederação Nacionais dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e especialistas técnicos. Entre os resultados, destaca-se a conquista do *status* constitucional do CAQ, reconhecido como instrumento técnico e político para garantir condições adequadas de oferta, embora sua definição normativa tenha sido postergada. O trabalho evidencia que, mesmo com o aumento da complementação da União e com novos mecanismos redistributivos, o texto final da EC 108/2020 refletiu um acordo conciliatório, que amplia potencialmente a equidade, mas também incorpora incentivos meritocráticos defendidos por setores tecnocráticos. O CAQ, embora consagrado como referência, permanece em disputa quanto à sua regionalização, forma de cálculo e obrigatoriedade na aplicação.

A tese de Andrea Polena (Polena, 2022), intitulada “Capacidade de financiamento das redes municipais de educação básica: uma análise do contexto e das condições de oferta de ensino no Paraná”, examinou, sob uma abordagem quantitativa e estatística, a relação entre a capacidade de financiamento dos municípios paranaenses e as condições concretas de oferta de ensino. A autora desenvolveu e aplicou o indicador Receita Potencial Mínima Vinculada à Educação Básica (RPeb), comparando-o com parâmetros de qualidade educacional definidos por documentos legais e estudos como o Simulador Custo Aluno Qualidade (SimCAQ) e o CAQ. A pesquisa se destaca ao mensurar desigualdades regionais e identificar, por meio de análise de clusters, redes que atingem níveis satisfatórios de financiamento e condições de oferta. A autora discute o CAQ como referência normativa e metodológica, sobretudo a partir da incorporação do conceito nas legislações mais recentes, como a Lei nº 14.113/2020, apontando a urgência de sua efetivação como mecanismo de superação de desigualdades educacionais históricas. Os dados revelam, por exemplo, que apenas 25% das matrículas municipais do Paraná estariam cobertas por redes que alcançam valores adequados segundo o CAQ. O trabalho forneceu subsídios importantes para o aprimoramento das políticas públicas de financiamento da educação, ao conjugar análise técnica, interpretação crítica e rigor estatístico.

A dissertação de Kennedy José de Paula (Paula, 2023), intitulada “Custo aluno do Programa Escola de Tempo Integral em Mogi das Cruzes/SP”, investiga se o município é capaz de arcar com os custos da ampliação da jornada escolar em tempo integral no Ensino Fundamental, à luz do parâmetro técnico-político do CAQ. Com base em metodologia quanti-qualitativa, análise documental e aplicação do referencial do CAQ, a pesquisa dimensionou o custo por aluno da experiência em 29 escolas da rede municipal. O autor mostrou que o custo aluno da jornada integral é 33% superior ao da jornada parcial e que, embora o município tenha alcançado a meta de 25% de matrículas em tempo integral, ainda não atingiu a proporção de 50% das escolas nessa modalidade, conforme prevê o PNE 2014-2024. O estudo utilizou como principais referenciais Carreira e Pinto (2007) e Campanha (2018) para o cálculo do CAQ, defendendo sua implementação plena como condição necessária para a qualidade educacional. Kennedy também distingue as diferentes concepções de tempo integral (como a do “aluno de tempo integral” versus “escola de tempo integral”) e denuncia os limites dos modelos assistencialistas. A conclusão é de que, embora Mogi das Cruzes tenha avançado no atendimento em tempo integral, o programa ainda apresenta distorções em relação ao modelo de qualidade proposto pelo CAQ, sobretudo no que tange às condições estruturais, materiais e de pessoal.

A dissertação de Adriana Sperandio Martinelli (Martinelli, 2023), intitulada “Capacidade de gestão e financiamento da educação básica: estudos de caso no estado do Espírito Santo”, propôs uma análise aprofundada da estrutura e da organização das capacidades estatais municipais no que se refere ao planejamento e ao financiamento da educação pública. A autora articulou fortemente os conceitos de gestão educacional e financiamento à perspectiva do CAQ, apresentando o SimCAQ como ferramenta estratégica de apoio ao planejamento educacional nos municípios. Fundamentada em uma abordagem documental e empírica, com estudos de caso em três municípios capixabas (Serra, Viana e Santa Teresa), a pesquisa mostrou como a baixa capacidade administrativa e financeira pode comprometer o cumprimento de metas e estratégias expressas nos Planos Municipais de Educação. O CAQ, nesse contexto, é assumido como parâmetro técnico e político para garantir condições mínimas adequadas de oferta, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 108/2020, na LDB/1996 e na estratégia 20.7 do PNE 2014–2024. A autora também apresenta reflexões críticas sobre a ausência de um Sistema Nacional de Educação e a entrada de modelos privados na gestão pública,

apontando o fortalecimento da gestão local como condição para efetivar o direito à educação com qualidade socialmente referenciada.

Categorias emergentes da análise: sentidos atribuídos ao financiamento da educação e ao Custo Aluno-Qualidade

A partir do exame sistemático realizado, orientado pelos procedimentos da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), foi possível identificar duas categorias temáticas emergentes que sintetizam os sentidos recorrentes atribuídos ao financiamento da educação e ao CAQ nas dissertações e teses analisadas. Essas categorias foram construídas com base na frequência, na relevância e na articulação contextual dos termos observados, bem como nos núcleos de sentido que se repetem nos discursos dos autores. A primeira categoria, intitulada “Parâmetros técnicos e políticos do financiamento da educação” agrupa reflexões com ênfase na normatização e aplicação do CAQ e do CAQi como instrumentos de equidade e padrão mínimo de qualidade. A segunda categoria compreende os debates sobre as condições concretas de oferta da educação básica, a gestão dos recursos públicos e os desafios para a efetiva valorização da escola pública, sobretudo, em contextos de desigualdades regionais e limitações fiscais.

A análise da presente categoria evidencia, de modo geral, que o CAQ é compreendido, majoritariamente, como um instrumento técnico e político normativo, cuja função é orientar os investimentos públicos necessários à garantia de uma educação básica com qualidade socialmente referenciada. Embora ainda não regulamentado em sua forma definitiva, o CAQ é tratado pelos autores como um referencial concreto para o enfrentamento das históricas desigualdades educacionais no Brasil, operando na interseção entre política pública, justiça social e financiamento.

Conforme Amorim Júnior (2018), o CAQi é apresentado como etapa fundante da construção do CAQ, revelando sua origem na mobilização da sociedade civil e seu caráter propositivo frente à ausência de critérios objetivos para o financiamento educacional. O autor reconhece que o CAQ não é um modelo estático, mas uma proposta que exige atualização constante e incorporação progressiva de insumos pedagógicos, humanos e infraestruturais. Sua contribuição não se limita à fixação de valores, mas atua como ferramenta de visibilidade das carências educacionais, permitindo comparar o que se gasta com o que deveria ser investido.

Enquanto instrumento político, Polena (2022) compreende o CAQ como uma construção normativa legitimada politicamente, mesmo sem ter sido ainda institucionalizado por meio de regulamentação específica. A autora ressalta que a referência ao CAQ em documentos legais como o Plano Nacional de Educação (estratégia 20.7 da Meta 20), a Emenda Constitucional nº 108/2020 e a Lei nº 14.113/2020, revela sua força como parâmetro de qualidade e condição de justiça distributiva, ainda que sua efetivação dependa de vontade política e da articulação federativa. No entanto, o argumento da autora não é apenas jurídico: ela reconhece no CAQ um padrão regulador da equidade, voltado a garantir que os recursos públicos sejam aplicados com intencionalidade pedagógica e não apenas sob lógica contábil.

Nessa mesma perspectiva, Silva (2019) aponta o CAQ e o CAQi como mecanismos de equalização federativa que podem contribuir para corrigir assimetrias estruturais entre estados e municípios, sobretudo, no atendimento ao ensino médio. Sua leitura enfatiza o CAQ como um marco de responsabilização estatal, na medida em que estabelece referências objetivas para a aplicação dos recursos, fortalece o controle social e amplia a transparência na gestão educacional. A autora adverte, entretanto, que a ausência de sua normatização favorece a persistência de decisões arbitrárias, pautadas por interesses econômicos ou conjunturais.

De outra monta, Paula (2023) insere o CAQ no campo da mensuração aplicada, ao utilizá-lo como parâmetro comparativo para calcular o custo real da jornada escolar em tempo integral no município de Mogi das Cruzes. Ao constatar a defasagem entre o investimento praticado e o parâmetro proposto, o autor revela a insuficiência dos recursos, além de denunciar o distanciamento entre os discursos de qualidade e as práticas de financiamento, apontando para a necessidade de adesão concreta ao padrão CAQ como medida de compromisso estatal com a educação integral.

O trabalho Capuzzo (2022) dilata essa dimensão política da discussão ao investigar os bastidores legislativos da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional que originou o Novo Fundeb permanente. Sua análise demonstra que o CAQ foi objeto de intensas disputas entre setores tecnocráticos, que buscavam restringir sua aplicação a um modelo de mérito escolar, e entidades da sociedade civil, que lutaram por seu reconhecimento como parâmetro de equidade e qualidade. A inserção do CAQ no texto constitucional, ainda que sem regulamentação imediata, é interpretada pelo autor como vitória simbólica e estratégica, que desloca o debate do campo estritamente técnico para

o da justiça social. A tese de Silva (2021) dialoga com esse entendimento ao associar o CAQ a um projeto de superação da lógica do capital na formulação das políticas educacionais. Com base na teoria crítica, a autora argumenta que o CAQ confronta o paradigma de financiamento baseado na contenção fiscal e na eficiência econômica, reposicionando a educação como direito e não como mercadoria. Para ela, o CAQ não deve ser lido apenas como ferramenta técnica, mas como instrumento contra-hegemônico, capaz de desestabilizar modelos neoliberais de gestão educacional.

Mobilizando o conceito de CAQ a partir de uma perspectiva territorial, Pereira (2018), ao propor o CAQCampo, voltado às especificidades das escolas do campo na Amazônia Tocantina, reforça que o CAQ, para ser efetivamente um parâmetro de justiça educacional, deve reconhecer a diversidade dos territórios e suas demandas, o que exige flexibilidade normativa e escuta participativa na definição dos insumos mínimos. Seu trabalho ressignifica o CAQ como instrumento situado, sensível às condições reais de produção da educação nas comunidades historicamente invisibilizadas.

Com base nesses diálogos com os autores, os trabalhos analisados demonstram que o CAQ para além de ser entendido como modelo técnico de cálculo de custos, também é tratado como dispositivo normativo, político e ético, que articula financiamento, direito e qualidade. Sua força reside tanto no campo jurídico quanto simbólico, e sua concretização desponta como condição necessária para a construção de uma política educacional que supere desigualdades estruturais e garanta o acesso e a permanência com dignidade em todas as etapas da educação básica.

Na segunda categoria explorada, intitulada “Condições de oferta, equidade e gestão do investimento público”, foi possível perceber que a questão do financiamento da educação não se encerra no volume de recursos alocados, mas se estende à forma como esses recursos são utilizados para garantir condições reais de ensino e aprendizagem. A presente categoria articula-se com essa preocupação, evidenciando que a desigualdade educacional no Brasil é sustentada tanto pela escassez orçamentária quanto pela forma desigual de aplicação dos recursos entre regiões, redes e territórios.

Silva (2019) aponta que, embora a União detenha a maior capacidade arrecadatória, é responsável por apenas 20% dos investimentos na educação básica, o que contribui para o aprofundamento das disparidades regionais. Em sua análise sobre o estado do Piauí, ela destaca que as escolas apresentam deficiências severas em infraestrutura e recursos humanos, e que o financiamento vinculado à matrícula, sem

correção equitativa, induz à competição por alunos, aprofundando as desigualdades e penalizando os contextos mais vulneráveis. Polena (2022) propõe uma concepção mais densa de “condições de oferta”, que envolve estrutura física, bem como variáveis como jornada escolar, formação docente, número de alunos por turma e valorização profissional. Para a autora, o desafio do financiamento está em converter valores nominais em condições objetivas de garantia do direito à educação, sendo o CAQ uma referência viável para essa mediação (Polena, 2022).

Sob análise pautada em uma perspectiva crítica, Silva (2021) demonstra que os investimentos em educação, mesmo quando elevados, não asseguram, por si só, a superação da desigualdade social. Em seu estudo sobre o município de Santo André, a autora mostra que o perfil socioeconômico dos estudantes continua sendo um dos fatores mais determinantes da permanência e do sucesso escolar, indicando a necessidade de políticas públicas que, mais do que manter o financiamento, orientem-no à redução de assimetrias históricas.

Ao investigar escolas do campo na Amazônia Tocantina, a pesquisa de Pereira (2018) propõe a criação do CAQCampo como mecanismo de adequação do financiamento às condições territoriais. Sua análise demonstra que a noção de equidade exige sensibilidade à diversidade, uma vez que os custos para garantir uma educação de qualidade em regiões remotas são significativamente diferentes dos praticados em áreas urbanas. Para a autora, o financiamento deve incorporar variáveis como transporte escolar fluvial, alimentação específica e formação contextualizada de professores.

Capuzzo (2022) e Paula (2023) abordam a temática da capacidade de gestão dos entes federativos, mostrando que o simples repasse de recursos não garante, necessariamente, a qualidade na oferta educacional. Em muitos municípios, as ausências de planejamento técnico, de pessoal qualificado e de instrumentos de monitoramento comprometem a transformação dos recursos financeiros em melhoria das condições pedagógicas. Ambos os autores destacam a importância do SimCAQ como ferramenta de apoio técnico à gestão local.

Assim, os trabalhos analisados reforçam que o financiamento da educação, para ser efetivo, precisa estar comprometido com a construção de condições reais e justas de oferta, numa aproximação do debate com a qualidade socialmente referenciada e uma discussão com ênfase na redistribuição e amenização das desigualdades. Trata-se de ir

além da quantificação do gasto e compreender o investimento como um ato político, orientado por critérios de equidade, justiça social e garantia do direito à educação.

Considerações finais

A presente RSL buscou analisar como a produção acadêmica brasileira, no período de 2014 a 2024, tem abordado o financiamento da educação em relação aos parâmetros do CAQ. A análise permitiu identificar que os debates em torno do CAQ se consolidam como eixo estruturante das discussões sobre justiça social, equidade e garantia do direito à educação básica com qualidade. As dissertações e teses examinadas revelam que o CAQ, mesmo sem regulamentação definitiva, vem sendo mobilizado como referencial técnico, normativo e ético capaz de orientar a política de financiamento educacional em direção à superação das desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro.

A partir da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), emergiram duas categorias que sintetizam os sentidos atribuídos ao tema: “Parâmetros técnicos e políticos do financiamento da educação” e “Condições de oferta, equidade e gestão do investimento público”. A primeira destaca o CAQ como construção política, jurídica e social em disputa, que busca estabelecer parâmetros mínimos de qualidade educacional. A segunda enfatiza os desafios concretos da aplicação dos recursos públicos, revelando entraves administrativos, territoriais e estruturais que afetam diretamente as condições de ensino e aprendizagem nas diferentes redes e contextos.

Os resultados indicam que o CAQ, ao ser mencionado em documentos como a Emenda Constitucional nº 108/2020, a Lei nº 14.113/2020 e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), adquire estatuto normativo relevante, mas permanece em processo de disputa conceitual e institucional. Os trabalhos analisados reforçam que sua efetivação depende de vontade política, de regulamentação complementar e da capacidade gestora dos entes federativos. Ainda que os avanços normativos sejam significativos, persistem lacunas quanto à aplicabilidade do CAQ nas práticas orçamentárias e nos mecanismos redistributivos do Fundeb. O CAQ desponta, como uma das principais ferramentas de luta por uma educação pública de qualidade socialmente referenciada, especialmente em um cenário de crescentes tensões fiscais e desigualdades educacionais. Estudos futuros poderão avançar na construção de indicadores regionalizados e na análise da implementação efetiva do CAQ em redes de ensino,

contribuindo para o fortalecimento da gestão pública educacional e para a consolidação de políticas comprometidas com o direito à educação.

Referências

AMORIM JÚNIOR, Ademar. **Financiamento da educação básica**: um estudo do custo aluno em alguns municípios do estado de Goiás. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025. Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para elaboração e implementação de políticas, de programas e de ações educacionais, em regime de colaboração. 2025. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 03 nov. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 dez. 2020.

CAPUZZO, Alisson Minduri. **Análise da construção do Fundeb permanente na Câmara dos Deputados de 2017 a 2020**: aspectos redistributivos e qualidade em educação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CARDOSO, Jaqueline Aparecida. **O custo-aluno nas unidades de uma rede municipal de educação básica**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

DAVIES, Nicholas. Alguns desafios do financiamento da educação. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 33, p. 251-267, jul./dez. 2014.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARTINELLI, Adriana Sperandio. **Capacidade de gestão e financiamento da educação básica: estudos de caso no Estado do Espírito Santo**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

OLIVEIRA, Maria de Lurdes de. **O financiamento da escola de tempo integral da rede estadual de Goiás: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

PAULA, Kennedy José de. **Custo aluno do Programa Escola de Tempo Integral em Mogi das Cruzes/SP**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2023.

PEREIRA, Ana Cláudia da Silva. **Custo-Aluno-Qualidade para escolas do campo da Amazônia Tocantina: direito ao acesso e permanência com padrão de qualidade**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CARREIRA, Denize.; PINTO, José Marcelino Rezende. **Custo aluno qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

POLENA, Andrea. **Capacidade de financiamento das redes municipais de educação básica: uma análise do contexto e das condições de oferta de ensino no Paraná**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

SILVA, Adriana Zanini da. **O financiamento da educação básica no Brasil contemporâneo: avanços e contradições revelados nos gastos da educação de Santo André**. (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021.

SILVA, Samara de Oliveira. **Política educacional para o Ensino Médio na Rede Estadual do Piauí: limites do atendimento e das condições de oferta para a garantia do direito à educação no contexto do Fundeb**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SILVA, Marcus Quintanilha da. O VAAT no financiamento da educação dos municípios da Paraíba no ano de 2021: elementos para o debate sobre democracia e valorização docente. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 74–99, 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de; ALVES, Fabiana de Assis Alves; MORAES, Gustavo Henrique. (Org.). **Custo Aluno Qualidade (CAQ)**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

THORPE, R. et al. Using knowledge within small and medium sized firms: a systematic review of the evidence. **International Journal of Management Reviews**, v. 7, n. 4, p. 257-281, 2005.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

Recebido em: 31/03/2026

Aprovado em: 21/04/2026